

SUMÁRIO

Parte I

ESTUDOS APROFUNDADOS SOBRE O CONTROLE PÚBLICO

Capítulo 1

UMA TEORIA ANTIRROMÂNTICA DO CONTROLE	21
1 Passado, presente e futuro: ensaio sobre a história do controle judicial da administração pública no Brasil	23
2 Acabou o romance: o art. 22 da LINDB e o reforço do pragmatismo no direito público brasileiro.....	41
3 The three dimensions of administrative law.....	69
4 A relação entre inovação e controle da administração pública.....	89
5 Como desestruturar uma agência reguladora em passos simples.....	105
6 Estratégias regulatórias de combate à corrupção	127

Capítulo 2

PARA ALÉM DAS ROMANTIZAÇÕES: A PRÁTICA DO CONTROLE.....	177
2.1. CONTROLE JUDICIAL	179
1 A Teoria da Deferência e a Prática Judicial: um estudo empírico sobre o controle do TJRJ à AGENERSA	181
2 O controle das agências reguladoras federais no STF como instância recursal: um estudo empírico	213
3 O STF e o controle das leis sobre o regime jurídico das agências reguladoras federais	245
4 Judicial review of executive policymaking in advanced democracies: beyond rights review.....	299
5 Entre <i>oprêt-à-porter</i> e a alta costura: procedimentos de determinação da intensidade do controle judicial no direito comparado.....	371

6	Controle Judicial da Administração Pública: o resumo de uma tese de doutorado	411
7	La dynamique de la déférence: Création et évolution des modèles auto-restrictives de contrôle juridictionnel dans le droit comparé	433
8	Judicial review in a context of legal indeterminacy	461
9	Globalization and convergence in judicial review: what can we learn from the case of Brazil?	473
10	Il controllo giurisdizionale dell'Autorità francese della concorrenza-.....	483
11	The use of Comparative Law by the French Conseil d'Etat: a Testimony of the 15 years of its Comparative Law Unit	495
2.2. CONTROLE LEGISLATIVO		515
1	A produção legislativa do Congresso Nacional sobre agências reguladoras	517
2	Sustação de normas de agências reguladoras pelo Congresso Nacional: pesquisa empírica sobre a prática do art. 49, V, da CRFB	559
2.3. CONTROLE PELO TCU		589
1	El Tribunal de Cuentas de la Unión brasileiro: Una institución muy peculiar.....	591
2	O TCU, os particulares contratados pela administração e a jabuticaba: a excepcionalidade da orientação atual do Tribunal no direito comparado	607
3	A intervenção do TCU sobre editais de licitação não publicados: controlador ou administrador?.....	645
4	TCU e a jurisprudência do STF: controle de contas em fuga?.....	671

Parte II

O DIA A DIA DO CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Capítulo 1

POR MAIS REALISMO NO CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....		689
1	A maldição do reajuste em concessões.....	691
2	O que significa deferência?	693
3	Arbitragem em tempos de canetas apagadas	695
4	O avanço do Congresso sobre as tarifas de energia elétrica.....	697
5	A leitura e as "leituras" do art. 5º, XXXV, da CF	701
6	Cobrança por bagagem: o que diz o Direito?.....	703
7	O art. 22 da LINDB e as "dificuldades jurídicas" do gestor público.....	705
8	O controlador médio	709

9	A Retórica dos Controladores.....	711
10	Levando a deferência a sério.....	713
11	Quais estrangeiros fazem a cabeça dos nossos administrativistas?.....	715
12	Estrangeiros no direito administrativo: os dados dos anos 80.....	719
13	Revolução secreta também no controle público?.....	725
14	As mentiras que os administrativistas contam.....	727
15	O STJ na encruzilhada: há ou não segurança jurídica nas concessões brasileiras?.....	729
16	Agências reguladoras independentes, só com procuradorias independentes.....	733
17	Menos é mais: o Supremo, o Judiciário e os medicamentos.....	737
18	Marco Aurélio contra as agências reguladoras.....	739
19	Un principe inédit de droit public posé par la loi brésilienne sur les normes de 2018: le devoir de concrétude.....	743
20	Um raio-x das arbitragens com o poder público.....	747
21	Chevron é mais do que “apenas ok”, Zé!.....	749
22	A oportunidade perdida da ANTT ao regulamentar os <i>dispute boards</i>	751

Capítulo 2

	O CONTROLADOR E A POLÍTICA.....	755
1	Qual a utilidade jurídica das narrativas bolsonaristas?.....	757
2	O encontro de contas de Bolsonaro com o Direito.....	759
3	O Presidente da República tem direito à ignorância?.....	761
4	Sem Democracia, não há Direito Público.....	763
5	A Teoria da Captura e o debate sobre a cloroquina.....	765
6	Como o Congresso interpreta seu poder de sustar normas das agências?.....	767
7	Um presidente da República está limitado pela ciência.....	771
8	Surpresa positiva do STF no julgamento da MP 966.....	775
9	Uma vacina contra o voluntarismo do controlador.....	779
10	“Desvio de finalidade” e ativismo judicial.....	789
11	Congresso x Agências: limites, só para os outros.....	793
12	O problema Cunha: entre a solução definitiva e o remendo.....	795

Capítulo 3

	CONTROLADOR OU GESTOR?.....	797
1	Direito administrativo e controle de Contas.....	799
2	OTCU tem jurisdição sobre particulares contratados pela Administração?.....	803

3	De onde vem o “poder” do TCU para barrar desestatizações?.....	805
4	Carta do Observatório do TCU ao ministro Anastasia	807
5	TCU agigantado: uma escolha do nosso Direito?	811
6	Imprescritibilidade no TCE-SP	813
7	O TCU atua como gestor público; tratemo-lo como tal!.....	817
8	Quanto e qual poder de cautela para o TCU?.....	821
9	Subordinação de agências ao TCU compromete imparcialidade regulatória.....	823
10	Quais os limites das competências do TCU sobre as agências reguladoras?	827
11	TCU: justiça administrativa?	831
12	O viés pró-controlar e suas distorções interpretativas	833
13	O TCU e o risco da “autoidealização”	835
14	O STF controlando o controlador	837
15	A expansão do TCU para dentro de entidades controladas.....	839
16	Qual ministro queremos para o TCU?.....	841
17	O que perguntar ao indicado a ministro do TCU em sua sabatina?	843
18	Mais deferência para agências com melhor reputação?	849
19	Administração dialógica ou amedrontada?	853
20	O que é erro grosseiro para o TCU?	855
21	O TCU se abrindo às críticas	857
22	O TCU, a arbitragem e o psicanalista	859
23	O TCU precisa ser redesenhado?	861
24	Qual controle de contas estamos empoderando?	863
25	Desafios do TCU na chancela a soluções consensuais disruptivas	867

Parte III

O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA SALA DE AULA

1	Quem controla a administração? os diversos controladores e a relação entre eles.....	871
2	Controlar com base em quê? diferentes fundamentos (ou pretextos) dos controles.	897
3	Quanto controlar? deferência e limitações ao controle.....	925